



**Relatório de Acompanhamento
do
Plano de Saneamento
Financeiro
Ano 2019**

maio 2020

Índice

1. Introdução	3
2. Demonstração do Impacte das Medidas de Contenção da Despesa e de Maximização da Receita	4
3. Aferição do Cumprimento das Previsões Orçamentais do Plano de Saneamento Financeiro	6
3.1. Receita.....	6
3.2. Despesa.....	7
4. Aferição da Redução da Dívida Total	9
5. Conclusão.....	11

1. Introdução

O presente Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) visa cumprir com as disposições legais previstas no n.º 7 art.º 58º e no n.º 6 do art.º 59º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim, no presente relatório procede-se à comparação dos valores resultantes da execução do orçamento do ano 2019, comparativamente com as previsões do Plano de Saneamento Financeiro para o mesmo ano, nomeadamente no que concerne:

- Ao impacto das medidas de contenção da despesa e maximização da receita;
- Ao cumprimento das previsões orçamentais da receita e da despesa;
- Ao cumprimento da redução anual da dívida total.

2. Demonstração do Impacte das Medidas de Contenção da Despesa e de Maximização da Receita

O Plano de Saneamento Financeiro definiu medidas de contenção da despesa e maximização da receita, nos subcapítulos 5.1 e 5.3, identificando-se o respetivo impacto orçamental no subcapítulo 5.4.

O quadro seguinte identifica os desvios resultantes da execução orçamental do ano 2019, comparativamente com os valores previstos no Plano de Saneamento Financeiro.

Quadro I – Avaliação da Implementação das Medidas de Contenção das Despesas e Maximização das Receitas

Classificação	Descrição	2017	2019			% Variação
		Ano de referência	Impacte Previsto	Impacte Efetivo	Desvio	
		(1)	(2)	(3)	(4) = (3) - (2)	(5) = (4) / (2)
02	Impostos indirectos	16 750	848	796	-52	-6%
04	Taxas, multas e outras penalidades	175 224	8 683	-90 553	-99 236	-1 143%
07	Venda de bens e serviços correntes	1 455 453	68 242	107 405	39 163	57%
Total do Impacto das Medidas de Maximização da Receita			77 773	17 647	-60 126	-77%
		(1)	(2)	(3)	(4) = (3) - (2)	(5) = (4) / (2)
02	Aquisição de bens e serviços	2 939 325	82 228	590 630	508 402	618%
03	Juros e outros encargos	420 224	56 172	93 693	37 521	67%
04	Transferências correntes	269 500	106 000	83 782	-22 218	-21%
Total do Impacto das Medidas de Contenção da Despesa			244 400	768 105	523 705	214%
Impacto Global das Medidas			322 173	785 752	463 579	144%

Relativamente ao Impacto das medidas de maximização das receitas, verifica-se um impacto total negativo ligeiramente superior a 60 (sessenta) mil euros comparativamente com as previsões do Plano de Saneamento Financeiro, para o qual contribuiu o desvio apurado na rubrica “04 – Taxas, multas e outras penalidades” de aproximadamente 100 (cem) mil euros.

No atinente à rubrica “02 – Impostos indirectos” verifica-se que a mesma apresenta valores muito próximos das previsões do PAF, enquanto que a rubrica “07 – Venda de bens e serviços correntes” evidencia o cumprimento da medida proposta, registando um desvio positivo e aproximadamente 39 (trinta e nove) mil euros.

À semelhança do registado no 1º Semestre, a rubrica “04 – Taxas, multas e outras penalidades” regista-se um desvio superior a 1000%, devendo os órgãos municipais

equacionar rever o valor da tabela de taxas, ou em alternativa proceder à revisão dos objetivos definidos para esta medida.

Relativamente à contenção das despesas correntes as medidas consistiam na redução dos seguintes custos:

- “02 – Aquisição de bens e serviços”;
- “03 – Juros e encargos”;
- “04 – Transferências Correntes”.

Em termos globais verifica-se o cumprimento das metas previstas no Plano de Saneamento Financeiro em aproximadamente 214%, evidenciando o esforço da autarquia em conter a realização de despesa, com vista à recuperação de uma situação financeira estável e consolidada.

O maior impacto no cumprimento das medidas de contenção da despesa resulta da redução muito significativa, em valor e percentagem, das despesas afetas à rubrica “02 – Aquisição de bens e serviços”, representando um valor superior a meio milhão de euros, correspondendo a uma taxa de concretização da medida de 618%.

A melhoria da situação financeira do Município de Celorico da Beira, conjuntamente com a melhoria das condições praticadas pelas instituições financeiras permitiu igualmente ao reduzir os encargos com “03 – Juros e encargos” em montante superior ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro, registando-se uma superação da medida em 67%.

Relativamente às despesas com “04 – Transferências correntes” regista-se um ligeiro desvio comparativamente ao objetivo definido, de sensivelmente 22 (vinte e dois) mil euros, representado um desvio de 21%.

Conforme demonstrado no Quadro I, verifica-se a existência de desvio negativo no cumprimento das metas relativas à maximização da receita de 77%, registando-se o cumprimento global das medidas de contenção da despesa de 214%, correspondendo valor global positivo de 1449%, ou seja, apesar dos desvios verificados regista-se o cumprimento do impacto global das medidas em apreciação.

3. Aferição do Cumprimento das Previsões Orçamentais do Plano de Saneamento Financeiro

3.1. Receita

Com a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro, a Assembleia Municipal, definiu as previsões orçamentais da receita e da despesa para o período de vigência do contrato de Saneamento Financeiro, devendo os orçamentos anuais e a respetiva execução conter-se dentro dos limites estabelecidos.

Assim sendo, procede-se à aferição do cumprimento dos limites, por rubricas, da receita e da despesa, reportados ao ano 2019, tendo por base os respetivos limites anuais

O Quadro II demonstra o grau de execução da receita reportados ao ano 2019.

Quadro II – Aferição do Grau de Execução da Receita, Ano 2019

Classif.	Descrição	Prev. PSF 2019	Execução 2019	% de Execução
01	Impostos directos	1 271 256	1 139 915	90%
02	Impostos indirectos	17 598	17 546	100%
04	Taxas, multas e outras penalidades	183 908	84 671	46%
05	Rendimentos da propriedade	10	0	0%
06	Transferências correntes	6 264 389	5 760 182	92%
07	Venda de bens e serviços correntes	1 523 696	1 562 858	103%
08	Outras receitas correntes	12 500	17 674	141%
Total das Receitas Correntes		9 273 356	8 582 846	93%
09	Venda de bens de investimento	0	0	100%
10	Transferências de capital	1 072 202	1 231 836	115%
13	Outras receitas de capital	10 000	1 668	17%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	4 000	1 017	25%
Total das Receitas de Capital		1 086 202	1 234 521	114%
Total da Receita		10 359 559	9 817 367	95%

Conforme demonstrado no Quadro II, a execução global da receita, reportada ao ano 2019 totaliza 95% das previsões do Plano de Saneamento Financeiro, representando um desvio global de aproximadamente meio milhão de euros.

No que respeita à execução da receita corrente verifica-se um grau de execução das previsões de 93%, representando um desvio de aproximadamente setecentos mil euros comparativamente com as previsões do PAF.

Este desvio resulta essencialmente dos desvios registados nas rubricas "01 – Impostos diretos", "04 – Taxas, multas e outras penalidades" e "06 – Transferências Correntes", cujo grau de execução comparativamente com o PAF foi respetivamente de 90%, 46% e 92%.

Relativamente à receita de capital regista-se uma taxa de execução de 114%, superior às projeções do PAF, para a qual contribuiu diretamente a execução da rubrica "10 – Transferências de capital".

3.2. Despesa

À semelhança do realizado para a receita, procedeu-se à aferição do grau de execução da despesa, reportada ao ano 2019, conforme Quadro III.

Quadro III – Aferição do Grau de Execução da Despesa, Ano 2019

Classif.	Descrição	Prev. PSF 2019	Execução 2019	% de Execução
01	Despesas com o pessoal	3 614 263	3 904 220	108%
02	Aquisição de bens e serviços	2 846 524	2 348 695	83%
03	Juros e outros encargos	311 885	326 531	105%
04	Transferências correntes	166 000	185 719	112%
05	Subsídios	0	25 000	100%
06	Outras despesas correntes	72 875	145 525	200%
Total das Despesas Correntes		7 011 547	6 935 690	99%
07	Aquisição de bens de capital	1 634 361	1 077 750	66%
08	Transferências de capital	25 330	7 008	28%
09	Activos financeiros	64 600	32 300	100%
10	Passivos financeiros	1 660 163	1 658 441	100%
11	Outras despesas de capital	2 205	0	100%
Total das Despesas de Capital		3 386 659	2 775 499	82%
Total da Despesa		10 398 206	9 711 189	93%

Da análise ao Quadro III constata-se que a execução da despesa corrente do ano 2019 totaliza 93% das previsões no Plano de Saneamento Financeiro, registando-se para a despesa corrente e de capital respetivamente 99% e 82%.

Ao nível das despesas correntes, os Custos com o pessoal registam um grau de execução de 108%, ligeiramente acima do definido no Plano de Saneamento Financeiro, resultante essencialmente do aumento dos salários da função pública para o ano 2019.

No tocante às despesas correntes verifica-se a existência de um desvio muito significativo na rubrica “06 – Outras despesas correntes”, resultante da devolução de IMI, efetuado pela Autoridade Tributária, às empresas gestoras dos parques eólicos do concelho.

No tocante à despesa de capital regista-se um grau de execução de 82%, consideravelmente abaixo das previsões estabelecidas para 2019, registando-se uma melhoria comparativamente com o 1º semestre.

Pelo exposto, considerando que a execução global da despesa corresponde a 93% das previsões globais para o ano de 2019, constata-se que a execução da despesa do ano 2019 se contém dentro dos limites previstos no Plano de Saneamento Financeiro.

4. Aferição da Redução da Dívida Total

O Plano de Saneamento Financeiro prevê, no subcapítulo 5.5, a calendarização da redução da dívida total até ao cumprimento dos limites previstos no art.º 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim, no Plano de Saneamento Financeiro foram definidos limites anuais para a dívida total do município, tendo-se procedido à identificação dos desvios da dívida total apurados no final do 2019.

Os valores apresentados correspondem exclusivamente ao Balanço da autarquia, não incluindo a contribuição de outras entidades para a Dívida Total do Município, prevista no art.º 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez que esta contribuição não foi considerada no Plano de Saneamento Financeiro.

Conforme se demonstra no Quadro IV infra, no final do ano 2019, a dívida total regista um desvio de aproximadamente 747 mil euros, correspondendo a 5% do limite previsto no Plano de Saneamento Financeiro para 2019.

Esta situação resulta do atraso na aprovação do Plano de Saneamento Financeiro, traduzindo-se igualmente no diferimento do início da amortização do empréstimo de Saneamento Financeiro, bem como no aumento dos encargos financeiros.

Apesar desta situação o Município de Celorico da Beira tem vindo a cumprir com a redução obrigatória de endividamento previstos no art.º 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Relativamente à redução da dívida total verifica-se um desvio de 13% comparativamente com o valor total previsto para o ano 2019, representando uma redução adicional superior a 230 (duzentos e trinta) mil euros.

Quadro IV – Aferição da Redução da Dívida Total da Autarquia

Conta	Descrição	Ano 2019			
		Previsão PSF	Balanço	Desvio	% Variação
		(1)	(2)	(3) = (2) - (1)	(4) = (3) / (1)
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos					
2312	Dívidas a Instituições de Crédito	10 828 021	11 239 870	411 848	4%
26	Outros Credores	129 199	0	-129 199	-100%
Total de Dívida de Médio e Longo Prazos		10 957 220	11 239 870	282 650	3%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo					
2312	Dívidas a Instituições de Crédito - C/P	1 313 614	1 311 612	-2 002	0%
22	Fornecedores c/c	311 347	1 007 174	695 826	223%
261	Fornecedores de Imobilizado	330 668	51 750	-278 918	-84%
217	Clientes e Utentes com cauções	27 802	0	-27 802	-100%
24	Estado e Outros Entes Públicos	464 625	471 122	6 497	1%
26	Outros Credores	288 241	359 599	71 359	25%
Total de Dívida de Curto Prazo		2 736 297	3 201 256	464 960	17%
Dívida Total		13 693 517	14 441 126	747 609	5%
Total de Dívidas Orçamentais Excecionados		129 199	16 150	-113 049	-87%
Total de Operações Extra Orçamentais		72 383	198 056	125 673	174%
Dívida Total Orçamental		13 491 935	14 226 920	734 985	5%
Redução da Dívida Total		1 796 002	2 027 853	231 851	13%
Limite da Dívida Total art.º 52º RFAEI		13 601 757	16 083 511	2 481 754	18%
Margem Absoluta de Dívida		109 822	1 856 591	1 746 768	1591%

Em suma, apesar do valor da Dívida Total ser superior ao previsto para o final do ano de 2019, constata-se que o Município de Celorico da Beira se encontra em situação de desequilíbrio financeiro, encontrando-se, ainda assim, a cumprir com os limites de redução da dívida total definidos no art.º 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Considerando o desvio relativo ao montante da dívida total, essencialmente por força do atraso na aprovação do Plano de Saneamento Financeiro deverá ser equacionado pelos órgãos municipais a revisão do estudo e das medidas afetas ao referido plano.

5. Conclusão

Conforme demonstrado no presente relatório, o Município de Celorico da Beira cumpriu, em termos globais, com os objetivos definidos no Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente no que concerne à maximização das receitas e contenção das despesas correntes.

Relativamente à dívida total, regista-se algum atraso no rumo traçado com vista à obtenção de uma situação financeira equilibrada, ou seja, na redução da dívida para cumprimento dos limites legais previstos no n.º 1 do art.º 52º na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por força do atraso na obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas.

Por forma a evitar sanções futuras, deverão os órgãos municipais equacionar a revisão o Plano de Saneamento Financeiro por forma a adequá-lo à realidade financeira da autarquia.

Celorico da Beira, 15 de maio de 2020

O Consultor,